

Seis condições prévias vão ser levadas a credores

BRASILIA — A estratégia de negociação da dívida externa brasileira, que o Governo irá desenvolver junto aos bancos privados internacionais, prevê seis condições essenciais: a) uma cláusula de salvaguarda contra as altas das taxas de juros e contra a queda dos preços dos produtos exportados pelo Brasil; b) refinanciamento dos juros por dois anos (1987 e 1988, o que somaria US\$ 7,3 bilhões); c) redução significativa dos spreads (taxa de risco) cobradas sobre os empréstimos dos bancos ao Brasil e maior prazo de carência para a dívida; d) elevação das reservas internacionais; e) saída dos pequenos bancos (cerca de 500) do pool de bancos credores; f) redução do crédito de agências brasileiras no mercado interbancário no exterior.

Pela cláusula de salvaguarda que o Ministro propõe, toda vez que a taxa de juros ultrapassar um determinado teto, o Governo brasileiro terá direito a um refinanciamento automático do

valor dos juros que exceder a esse limite. Com isso, Bresser espera proteger o País contra os juros flutuantes do mercado, impostos nos financiamentos de longo prazo. Da mesma forma, toda vez que as relações de troca internacionais penalizarem os produtos brasileiros (queda de preços dos produtos exportados pelo Brasil em relação aos importados), o País teria direito também a um refinanciamento equivalente à perda registrada na balança comercial por causa desse fenômeno.

Todas essas condições para a renegociação foram expostas pelo Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, durante debate ontem no Plenário da Câmara dos Deputados. O Ministro informou também aos Deputados que já determinou ao Banco Central a elaboração de um livro branco sobre a dívida externa, que irá identificar como foram contraídos todos os débitos, de forma a fazer uma completa auditoria tanto em

relação aos bancos privados como às instituições oficiais.

Bresser reafirmou aos Deputados que o Programa de Controle Econômico que será anunciado nos próximos dias, não se identifica com as regras do Fundo Monetário Internacional (FMI) porque estabelece como prioridades a elevação do superávit comercial e o crescimento interno. Queda de inflação e redução do déficit público, questões colocadas como objetivos nos programas do FMI, só serão perseguidas na medida em que não impliquem em recessão econômica para o País — explicou o Ministro.

Para o Ministro da Fazenda, se o FMI aprovar esse Programa brasileiro, estará mostrando que realmente mudou. E, nesse caso, Bresser não vê porque o Brasil não deva fazer um acordo com a Instituição. Ele disse que a Direção do FMI considera como prioritário que os programas de ajuste levem ao crescimento econômico.